

# BREVE ESTUDO SOBRE O PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ: DO GLOBAL AO LOCAL

**Neli da Costa Mesquita-UFPA-Brasil<sup>1</sup>**

[nelilogia@yahoo.com.br](mailto:nelilogia@yahoo.com.br)

**Áurea Peniche Martins**

[penicheaurea@yahoo.com.br](mailto:penicheaurea@yahoo.com.br)

**Paula Santana Barbosa**

[pedagpaula@hotmail.com](mailto:pedagpaula@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no âmbito mundial e na sociedade brasileira, bem como os resultados das diversas ações governamentais tem sido objeto de pesquisas principalmente para os que se ocupam da educação escolar. E a revisão da literatura sobre as diversas políticas públicas implantadas em âmbito nacional e local tem servido para endossar o debate travado na busca de respostas às mais diversas questões que se levantaram principalmente a partir da reforma do Estado dos anos de 1990, a qual anuncia o “novo” modo de gestar a coisa pública.

Neste contexto, inicialmente é possível perceber que a educação escolar, em particular, da educação básica nacional e também no Estado do Pará, ganhou nestas últimas quatro décadas, centralidade e se articula com as políticas mundiais a partir de esforços que buscam a implantação de uma agenda de educação de caráter comum em várias partes do mundo, como requisito para

---

<sup>1</sup> Socióloga, Mestranda do Programa de Pós Graduação - Linha de Políticas Públicas Educacionais (ICED/UFPA). Especialista em Estudos Culturais da Amazônia. Professora de Sociologia na Rede Estadual de Educação.

concessões de créditos, a garantia de um produto a mais para o mercado e a formação da força de trabalho.

Reconhecemos a necessidade de contextualizar a educação escolar e por isso, a pesquisa que estamos desenvolvendo busca conhecer as ações do governo local e assim desvelar a educação paraense no contexto das diversas reformas implantadas em âmbito nacional e, especificamente, dos diferentes programas e projetos educacionais que a Secretaria de Estado de Educação do Pará SEDUC vem implantando na rede pública de ensino, mediante a alegação de que se torna urgente a resolução de demandas educacionais, como os altos índices de evasão e a distorção idade-série, principalmente na educação básica de nível médio. Para tanto, este órgão da educação paraense, considera estratégico o enfrentamento dessas demandas mediante o “**Pacto pela Educação do Pará**”, ação concretizada via “Parcerias Público-Privadas pela Educação” e que seguem orientações de organismos internacionais.

Deste modo, neste artigo, temos como objetivo apresentar nossa contribuição à discussão sobre as novas ações do governo do Estado do Pará, principalmente nos últimos anos que se traduzem em pactos e parcerias. Nosso percurso se dará com uma breve contextualização das reformas políticas implantadas no País, com base na revisão da literatura específica, bem como a partir do acesso ao *site* oficial da SEDUC, intencionando “conhecer” as ações do Estado (Gerencial) efetivadas pelo alinhamento dessa Secretaria ao modelo preconizado pelos organismos internacionais quando se trata da educação básica pública.

Outrossim, depreende-se que o “*start*” da agenda comum, no que se refere à educação escolar, se deu principalmente com a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, da Conferência de Jomtien em 1990. O Estado Gerencial, instituído no Brasil a partir da reforma de 1995, traz intrínseco o discurso da modernização com a abertura comercial e financeira para garantir definitivamente a inserção do Brasil no processo da mundialização da economia, a partir de um novo modo de gestar a coisa pública.

## DO GLOBAL AO LOCAL E O PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ.

Ao realizar pesquisa no *site* da SEDUC foi constatado que entre 2016 e 2017, são 12 os programas e projetos implantados ou em processo de implantação no Estado, sendo 6 deles em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e 6 Programas e Projetos que a SEDUC desenvolve em parceria com outras entidades como Fundações. Também constatamos a realidade no Pará quanto aos jovens entre 15 e 17 anos, que estão em idade de cursar o ensino médio, estes representam 6,2% da população ou 505.743 pessoas. A expectativa quanto ao número de anos de estudo da população no Pará é de 8,5 contra 9,5 do País e ao analisarmos as ocupações dos jovens por sexos, percebe-se que as mulheres estudam mais que os homens, isso se dá tanto quando comparamos a média como especificamente em cada uma das faixas etárias.

Mediante este diagnóstico, a estratégia do governo estadual no enfrentamento dessa realidade que ameaça a juventude paraense, está sendo efetivada pela articulação denominada ***Pacto pela Educação do Pará (PPEP)***, lançado em 26 de março de 2013, que consiste conforme discurso oficial, em um esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil (fundações, ONGs e demais organizações sociais), da iniciativa privada e de organismo internacional (Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID), de caráter suprapartidário, intersetorial, federativo e participativo.

O PPEP se efetiva por meio do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Pará - PMQEEB/PA, sob o contrato Nº 2.933/OC-BR (BR- L1327) assinado em 16 de dezembro de 2013.

O Programa em questão tem o objetivo de aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado que entre 2005 e 2015 subiu de 2,6 para 3,0 com bastante inconstâncias ao longo do período, mas sempre abaixo em relação a pontuação nacional nas etapas do ensino fundamental e médio.

Segundo informações recolhidas junto ao *site* oficial da SEDUC, o PMQEEB/PA foi implantado pelo governo do Estado do Pará com a intenção de mudar os indicadores da educação paraense. O Programa está estruturado em três eixos (ou componentes), esses eixos foram concebidos com o objetivo de

melhorar e ampliar a rede de escolas estaduais; aumentar o percentual de jovens de até 19 anos com ensino médio concluído; reduzir a taxa de abandono escolar no ensino médio; elevar a taxa de escolarização líquida do ensino médio (percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio) e reduzir o abandono concentrado no primeiro ano desse nível de ensino.

Quanto ao eixo “Melhorias da Qualidade da Educação Básica”, contempla os seguintes programas: Aceleração da Aprendizagem – Mundiar; Recuperação de Conteúdo (Aprender Mais); Gestão Escolar (Programa Jovem do Futuro); Alfabetização (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC) Escola de Tempo Integral; Escola de Tempo Integral; Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE).

Verificamos que neste contexto do PPEP, enquanto perdurarem as relações verticais no processo educacional e que não se alteram nem mesmo com tantas políticas educacionais implantadas, não teremos mudanças significativas, pois a nosso ver é imprescindível instituir relações horizontais e espraiadas por toda a comunidade que precisa de uma educação pública com qualidade social e não meramente comercial, educação com identidade e com prioridade para o estudar e aprender, como está na Lei.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

As bibliografias consultadas a fim de analisar as diversas reformas instituídas no Brasil ao longo dessas décadas, nos permitem considerar que está ocorrendo um verdadeiro desmonte da educação escolar pública no País e o incremento da desigualdade que acaba por se expressar nas diferentes formas de exclusão, principalmente quando nos remetemos, por exemplo, ao acesso e permanência à educação pública.

Entendemos que o foco da política educacional deverá buscar o equilíbrio entre metas quantitativas, mas principalmente as qualitativas, pois estamos há décadas enfrentando os mesmos problemas educacionais por conta das mesmas ações que se traduzem em: protelação, improvisação, fragmentação e falta de contextualização.

Neste contexto, asseveramos que o capital ao objetivar sua própria acumulação, usa de racionalidade que resulta na penosa e crescente miséria da

população, massa de manobra tão ao gosto dos interesses de manutenção do *status quo*. O Pacto pela Educação do Pará não fugiu a essa premissa e em todo o Estado do Pará está significando a ampliação de repasse do orçamento público ao privado, garantindo-lhe mercado consumidor para os seus mais variados produtos em detrimento da educação pública com qualidade social que todos almejamos. Estar articulados e atentos é nosso dever.

## **REFERÊNCIAS**

Site Visitado: <http://www4.seduc.pa.gov.br/> Acesso: 18/06/2018.